



OCUPAÇÕES URBANAS ORGANIZADAS NA LUTA PELO CENTRO DE JOÃO PESSOA-PB E A CARTOGRAFIA SOCIAL COMO FERRAMENTA PARA (RE)PENSAR A CIDADE (SESSÃO TEMÁTICA 10)

Camila Coelho Silva

Instituto Federal do Sertão Pernambucano/Universidade Federal da Paraíba | doc.camilacoelho@gmail.com

Nelcilene Lima da Silva

Universidade Federal da Paraíba | nelcilene.limaa@gmail.com

Liêssa de Paula Dias

Universidade Federal da Paraíba | liessa.dias@academico.ufpb.br

Leticia Barbosa Bomfim

Universidade Federal da Paraíba | leticiaurbanismoearquitectura@gmail.com

Sessão Temática 10: Territórios, lutas sociais e planejamento em contexto de conflito

Resumo: Esta proposição tem como principal objetivo discutir a cartografia social como uma ferramenta de resistência e planejamento participativo na luta por moradia na área central de João Pessoa, Paraíba, a partir de ações de um projeto extensionista da Universidade Federal da Paraíba junto à Ocupação João Pedro Teixeira, organizada pelo Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas - MLB. O projeto baseia-se na proposta teórico-metodológica nomeada de Cartografia de Ação Social, elaborada por Ana Clara Torres Ribeiro, e traz como principais procedimentos a revisão bibliográfica, o grupo focal e a produção da cartografia social. As técnicas empregadas, embora não constituíssem o foco central das ações — centradas nos sujeitos, suas indagações, percepções e práticas — mostraram-se ferramentas essenciais para dar visibilidade aos processos sociais cotidianos do grupo, e contribuem para reforçar a luta por moradia na área central pessoense. Assim, constituem-se como instrumentos valiosos no contexto das disputas de narrativas junto aos órgãos oficiais e na incorporação das pautas do grupo, promovendo-se, assim, uma forma de planejamento insurgente.

Palavras-chave: Ocupações urbanas; área central; cartografia social; projeto de extensão universitária; luta por moradia.

ORGANIZED URBAN OCCUPATIONS IN THE STRUGGLE FOR DOWNTOWN JOÃO PESSOA-PB AND SOCIAL MAPPING AS A TOOL TO (RE)THINK THE CITY

Abstract: *This proposition aims to discuss social mapping as a tool of resistance and participatory planning in the struggle for housing in the central area of João Pessoa, Paraíba. The discussion is based on actions carried out through an extension project of the Universidade Federal da Paraíba in partnership with the João Pedro Teixeira Occupation, organized by the Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB). The project is grounded in the theoretical and methodological framework called Social Action Mapping, developed by Ana Clara Torres Ribeiro, and its main procedures include a literature review, focus groups, and the production of social maps. The techniques employed, though not the central focus of the actions — which centered on the participants, their questions, perceptions, and practices — proved to be essential tools for giving visibility to the group's daily social processes. They contribute to strengthening the fight for housing in João Pessoa's central area. Thus, they are valuable instruments in the context of narrative disputes with official bodies and in incorporating the group's demands, thereby fostering a form of insurgent planning.*

Keywords: *Urban occupations; central area; social mapping; university extension project; housing struggle.*

OCUPACIONES URBANAS ORGANIZADAS EN LA LUCHA POR EL CENTRO DE JOÃO PESSOA-PB Y LA CARTOGRAFÍA SOCIAL COMO HERRAMIENTA PARA (RE)PENSAR LA CIUDAD

Resumen: *Esta proposición tiene como principal objetivo discutir la cartografía social como una herramienta de resistencia y planificación participativa en la lucha por vivienda en el área central de João Pessoa, Paraíba, a partir de acciones de un proyecto de extensión de la Universidade Federal de Paraíba junto a la Ocupación João Pedro Teixeira, organizada por el Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB). El proyecto se basa en la propuesta teórico-metodológica denominada Cartografía de Acción Social, elaborada por Ana Clara Torres Ribeiro, y tiene como principales procedimientos la revisión bibliográfica, el grupo focal y la producción de cartografía social. Las técnicas empleadas, aunque no constituían el foco central de las acciones —centradas en los sujetos, sus preguntas, percepciones y prácticas— demostraron ser herramientas esenciales para dar visibilidad a los procesos sociales cotidianos del grupo, contribuyendo a fortalecer la lucha por vivienda en el área central de João Pessoa. Así, se constituyen como instrumentos valiosos en el contexto de las disputas narrativas con los órganos oficiales y en la incorporación de las demandas del grupo, promoviendo, de esta manera, una forma de planificación insurgente.*

Palabras clave: *Ocupaciones urbanas; área central; cartografía social; proyecto de extensión universitaria; lucha por vivienda.*

INTRODUÇÃO

Segundo Volochko (2015), a periferização/metropolização da produção habitacional integra uma das modalidades do processo de valorização do espaço, que se coloca como uma das possibilidades de aumento da base social da acumulação capitalista através da produção do espaço urbano. Nessa perspectiva, outros processos de produção do espaço a ela se somam: as revalorizações das áreas dos centros urbanos. Contudo, as contradições desse processo não param de emergir, seja no plano da reprodução do capital, seja, principalmente, pelos processos de luta urbana que vêm incorporando a perspectiva da totalidade do urbano na moradia, como possibilidade de realização do direito à cidade.

Desse modo, à luz das contradições da disputa e luta social pelo direito à moradia nas áreas centrais das cidades contemporâneas, o presente estudo situa-se no centro antigo de João Pessoa-PB. A cidade de João Pessoa está situada no nordeste brasileiro, capital do estado da Paraíba, contando com uma população de 833.932 pessoas e ocupando uma área de 210,044km² (IBGE, 2022). A área central de João Pessoa se caracteriza, atualmente, como um espaço marcado por contradições: ao passo que apresenta alto déficit habitacional, habitações precárias e ocupações que revelam a necessidade de habitação e o interesse em viver no centro da cidade, possui um relevante estoque de edifícios sem uso, desocupados.

Diante deste quadro, o presente texto resulta do desenvolvimento do Projeto de Extensão intitulado “Ocupar é habitar: cartografia social no centro histórico de João Pessoa-PB”, desenvolvido e financiado pela Universidade Federal da Paraíba através do Edital PROEX 12/2023 - PROBEX 2023-2024. O objetivo principal do projeto consistiu em contribuir com a formação e capacitação dos moradores e lideranças de movimentos sociais com atuação na referida área sobre o direito à cidade e à moradia, ao habitar (n)o centro. O projeto foi desenvolvido no âmbito do Grupo de Estudos Urbanos (GeUrb) em parceria com o Fórum de Reforma Urbana (FERURB), o Observatório das Metrôpoles e o Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB), e integrando conhecimentos de duas áreas principais do campo do conhecimento: Geografia e Arquitetura e Urbanismo.

Considerando um caso recente que demonstra e reforça a necessidade de discussão sobre direito à moradia adequada e conseqüentemente, à cidade, o projeto foi realizado junto ao grupo da Ocupação João Pedro Teixeira, localizada no bairro Centro. Trata-se de uma ocupação realizada em 05 de abril de 2022, liderada pelo MLB, onde cerca de 40 famílias ocuparam três pavimentos dos quatro que compõem o edifício denominado Nações Unidas. Dentre as ações realizadas com o grupo ao longo do desenvolvimento do projeto, ressaltam-se, nesse texto, os encontros realizados para diálogos participativos, rodas de conversa, formação de grupos focais e a produção coletiva de “Cartografias Sociais com as mulheres da Ocupação João Pedro Teixeira”, a fim de identificar os principais espaços de ação desses sujeitos na área central de João Pessoa.

Nesse sentido, o objetivo central deste texto é discutir a cartografia social como uma ferramenta de resistência e planejamento participativo na luta por moradia no centro de João Pessoa, Paraíba.

Do ponto de vista metodológico, o projeto situa-se na convergência interdisciplinar ou transdisciplinar, mais especificamente na proposta teórica e metodológica denominada de Cartografia de Ação Social, elaborada por Ana Clara Torres Ribeiro. A Cartografia da Ação Social tem como base os princípios de troca de olhares científicos, dos conhecimentos produzidos na prática cotidiana pelos sujeitos e da produção social, em uma perspectiva dialógica e dialética. Seu intuito é discutir as práticas espaciais e as maneiras como a cidade é lida e apreendida por jovens (Silva; Schipper, 2012).

A cartografia, como forma de representação de objetos e pessoas, pode ser elaborada e utilizada de forma hegemônica - na produção de mapas oficiais elaborados por instituições dominantes, como o Estado, que registram dados do território e sobre a população que o ocupa-, mas também contra-hegemônica - quando as representações são concebidas e apropriadas por um grupo social, sujeito do processo e criador do produto. É neste último caso que se insere a Cartografia da Ação Social desenvolvida nesta análise.

Assim, este artigo divide-se em três momentos, entre a introdução e os apontamentos finais: i) inicialmente, foi realizada uma abordagem teórica acerca da lógica segregacionista da produção habitacional contemporânea e o contraponto dos ativismos sociais urbanos pela luta por moradia em áreas centrais, como a cidade de João Pessoa; ii) em seguida, foi discutido sobre a Ocupação João Pedro Teixeira e a participação do projeto extensionista como forma de aproximação da universidade pública e os movimentos sociais e organizações comunitárias; e iii) no terceiro momento, foi realizada a aplicação da cartografia social e grupo focal, orientada por um roteiro, materiais e recursos gráficos e fomentada pela produção coletiva das mulheres da ocupação João Pedro Teixeira, cujas informações foram sistematizadas e organizadas em mapas e tabelas para posterior análise.

O CENTRO ANTIGO DE JOÃO PESSOA/PB COMO CENÁRIO E OBJETO DE DISPUTA E LUTA SOCIAL

A cidade de João Pessoa/PB, terceira mais antiga do Brasil, tem seu centro antigo como uma área onde se estabeleceu um diversificado patrimônio histórico de distintos períodos composto por igrejas, conventos, sobrados, casarões, etc., e onde se desenvolveu um misto de atividades de comércio, serviços e habitação desde os primórdios da constituição e crescimento desta cidade. Este espaço permanece dinâmico e vivo até os dias atuais, apesar da degradação física de grande parte dos imóveis e da infraestrutura urbana, bem como diante das novas centralidades que acompanharam sua expansão e o deslocamento das habitações de classes médias e elites, sobretudo, em direção à orla marítima a partir dos anos 1960 – 1970. É também na década de 1960 que, de acordo com Lima (2017), registra-se a gênese das lutas urbanas em João Pessoa, relacionado ao fato de que o tecido urbano

consolidado permaneceu concentrado em torno do centro tradicional desde a fundação até esse período.

No entanto, nas duas décadas seguintes, com o processo de expansão urbana sendo intensificado, principalmente devido às intervenções estatais (notadamente aquelas relacionadas às políticas industriais conduzidas pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e habitacionais direcionadas pelo Banco Nacional de Habitação (BNH), a cidade se tornou marcada pela clivagem de renda, cuja implicação mais perceptível é a segregação socioespacial.

Nesse contexto, a orla marítima passa a abrigar a população mais abastada, enquanto as camadas populares enfrentaram processos de periferação. Ressalta-se que esta não foi a única alternativa de moradia para as classes populares, embora seja a mais representativa; Villaça (2001) aponta que nos anos 1980, em grande parte das metrópoles e cidades médias brasileiras, intensifica-se a apropriação das áreas centrais pelas camadas populares, o que de fato também ocorreu em João Pessoa, através de uma disputa que resiste ao tempo.

Nos anos que se seguem, de acordo com os dados dos últimos censos, a cidade vem passando por um significativo crescimento demográfico. Em 2022, a população já havia crescido 152,7% em relação à década de 1980, passando de 329.945 para 833.932 habitantes (IBGE, 1982; 2024). Esse crescimento exponencial resultou em um aumento das demandas por habitação, serviços e infraestrutura urbana. Atenta-se que em 2019, o déficit habitacional da Região Metropolitana de João Pessoa registrou índice de 46.937 mil domicílios que constavam como habitações precárias, coabitação ou ônus excessivo do aluguel (50,9% do total do déficit corresponde ao ônus excessivo com o aluguel urbano), sendo 42.487 referentes à área urbana (Fundação João Pinheiro, 2021).

Em contrapartida, conforme afirmam Martins e Maia (2021), a expansão imobiliária das últimas décadas em João Pessoa apresentou continuidades no tocante ao padrão de expansão em direção à Zona Sul, seguindo as tendências iniciadas no âmbito da produção habitacional do BNH. Contudo, também apresentou discontinuidades, caracterizadas pela intensificação da atuação do setor imobiliário na reprodução do espaço urbano, atuando sobre a malha urbana consolidada através de uma produção que se propõe diferenciada, mas que, de fato, reproduz mais do mesmo: a moradia sob uma lógica exclusivamente mercantil.

Mais precisamente quanto à produção habitacional de interesse social, o panorama na cidade de João Pessoa segue o perfil nacional, priorizando áreas periféricas para a implantação dos conjuntos habitacionais, muitas vezes pouco urbanizadas ou desabitadas, com grandes glebas de terras que potencializam a implantação de megaempreendimentos padronizados, distanciando seus beneficiários de seus postos de trabalho, dos serviços urbanos básicos e da dinâmica urbana em que estavam inseridos.

O Estado foi negligente na escolha, quando lhe cabia, e no controle sobre a localização desses empreendimentos imobiliários, atravessada por interesses econômicos e comerciais dos

agentes privados envolvidos. A não regulação do desenvolvimento urbano por parte do Estado traz consigo inúmeros problemas, que acabam por intensificar a demanda por moradia digna, a exemplo do espraiamento territorial, da periferização da população de mais baixa renda, dos problemas relativos à mobilidade urbana e do déficit de serviços públicos básicos de educação, saúde, cultura, lazer, etc. para a população contemplada pelo programa. Por outro lado, apesar da importância da área central urbana para questões como moradia, trabalho, espaço de luta pelo direito à cidade, as políticas habitacionais e patrimoniais não os têm valorizado. O espaço concebido (Lefebvre, 2013), estabelecido a partir das políticas, programas e intervenções públicas, frequentemente visa à valorização da área focada sobretudo em grandes investidores e no turismo, enquanto as famílias pobres são expulsas, não havendo interesse na permanência e melhorias das habitações existentes; ignoram-nas, perdendo a chance de utilizá-las como uma das soluções para manutenção do patrimônio e da vitalidade dessa região. É o domínio do espaço como mercadoria em detrimento do espaço como uso, como habitat, em uma busca constante do fortalecimento da “cidade como negócio” (Carlos, Volochko & Alvarez, 2018).

Ressalta-se que esta condição é antiga. Dada a exploração dos alugueis nas habitações coletivas precárias de aluguel nos centros, as limitações de infraestrutura e serviços públicos nas periferias e o grande número de imóveis vazios e subutilizados nas áreas centrais, ainda na década de 1980 surge a discussão sobre o direito da população de baixa renda morar com dignidade na região central urbana (Instituto Pólis, 2012). Com o propósito de fomentar a luta pelo direito à moradia digna, o processo de formação de movimentos populares sociais toma corpo e segue ativo em todo o território brasileiro, suscitando ações que reivindicam a efetivação do direito à moradia e à cidade.

As ocupações urbanas são legitimadas neste sentido. Põem em xeque o não cumprimento das determinações legais garantidas pela Constituição Brasileira de 1988 e por legislações posteriores, a exemplo do Estatuto da Cidade. Simultaneamente, como apontam Anitelli e Tramontano (2016), incitam os poderes públicos instituídos – Executivo, Legislativo e Judiciário – a tomarem uma posição sobre a questão, o que evidencia a contrariedade de tais representantes públicos aos interesses da população mais pobre, comprovada pelas inúmeras reintegrações de posse.

Assim, para alcançar a necessidade básica da moradia, como Lima (2017, p. 28) coloca, “parte do hiperprecariado adere à luta organizada, originando ativismos sociais que passam a oferecer resistência e a disputar o espaço cidadão contra os agentes privados e o Estado”. Assim, quando ocupam edifícios abandonados, os movimentos acabam por legitimar juridicamente tal ato fazendo uso dos princípios da própria legislação brasileira, sobretudo da obrigação do cumprimento da função social da propriedade, uma vez que tais edifícios se mantinham sem uso, ociosos, em meio ao contexto de alto déficit habitacional. Deste modo, revelam inúmeros problemas responsáveis pelo aprofundamento das desigualdades, a

exemplo da ineficiência do Estado na regulação da propriedade privada da terra, tornando um bem inalcançável para muitos.

Diante desse cenário, movimentos sociais e organizações comunitárias, com o apoio de projetos técnicos, representados aqui pela extensão universitária, têm desenvolvido formas de luta e instrumentos de resistência ao modelo de cidade imposto, viabilizando a construção de políticas autônomas e participativas, cujas reivindicações centrais perpassam à luta por moradia e pelo direito à cidade. É neste contexto que surge a Ocupação João Pedro Teixeira, localizada no centro antigo de João Pessoa/PB.

O MLB - MOVIMENTO DE LUTA NOS BAIROS, VILAS E FAVELAS E A OCUPAÇÃO JOÃO PEDRO TEIXEIRA

Segundo Tanaka (2017), na cidade neoliberal do século XXI, regulada de acordo com os padrões de governança corporativa, a luta pelo direito à cidade não pode restringir-se somente à crítica aos processos autoritários de renovação urbana, mas, para ser de fato transformadora, precisa avançar para reivindicar mudanças profundas na produção social do espaço urbano. No contexto de contínuo aprofundamento das desigualdades, a população, diante da invisibilidade política, traça estratégias de luta pelo cumprimento do seu direito constitucional por moradia digna e acesso à cidade. Os movimentos sociais são um dos caminhos nesta luta, endossando o repertório de ação política que questiona o planejamento tradicional e reivindica a construção coletiva da cidade.

Na cidade de João Pessoa, observa-se a atuação de várias organizações, conjunta ou isoladamente, nos processos políticos relacionados às lutas sociais: Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLMPB), Terra Livre – Movimento Popular do Campo e da Cidade, Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB), União por Moradia Popular (UMP-PB), Movimento pelo Direito à Moradia (MDM) e Conselho Nacional de Apoio à Moradia (CONAM), entre outros.

Dentre os movimentos sociais supracitados e suas diferentes formas de atuação, o MLB tem se destacado nos últimos anos com o trabalho de organização de ocupações na cidade de João Pessoa. Trata-se de um movimento social nacional que luta pela reforma urbana e pelo direito humano de morar dignamente, e que vê a reforma urbana como uma ferramenta para construção de uma sociedade socialista. Acredita que a moradia é o principal elemento da luta pela reforma urbana e, sendo assim, a organização e realização de ocupações é essencial para a luta que encampa, destacando que esta forma de atuação educa as pessoas para a necessidade de lutar de forma organizada, além de auxiliar na construção do espírito de trabalho coletivo.

De acordo com o atual coordenador do movimento na Paraíba, João Batista, o MLB nasce no Estado em 1999, em conjunto com a Central de Movimentos Populares. O movimento encampou poucas lutas inicialmente, no entanto, começa a tomar corpo depois de 2012, ano

em que realizou sua primeira ocupação no estado, em um terreno da Prefeitura Municipal de Campina Grande. A partir da luta, conseguiram a vitória com a construção do Residencial Major Veneziano, com 480 unidades habitacionais, e a garantia de contemplação das 80 famílias que resistiram por todo o processo da ocupação.

Em seguida, o movimento passou por outra temporada sem conseguir organizar, de fato, um avanço na luta por moradia a partir das ocupações. Em 2019, são convidados a acompanhar a ocupação Nelson Mandela, estabelecida de forma espontânea por cerca de 50 famílias, localizada em um terreno de propriedade pública na Comunidade Padre Ibiapina, no Bairro das Indústrias. A atuação do movimento junto à ocupação foi bem sucedida, uma vez que conquistou 60 apartamentos no conjunto habitacional Vista do Verde, localizado no mesmo bairro, para as famílias ocupantes. Atualmente, este terreno foi novamente ocupado, dado o não cumprimento da construção de uma praça por parte da prefeitura municipal. As famílias que o ocuparam solicitaram apoio do MLB, que prontamente acatou o pedido e acompanha a ocupação nas ações e reivindicações.

Além desta, no momento o movimento organiza a ocupação João Pedro Teixeira – JPT, a primeira deles localizada no centro da cidade, ocupação esta que se tornou nosso objeto de estudo e intervenção. Em 2021, a partir de sua atuação nas comunidades Citex (no bairro João Paulo II) e Tieta (no Bairro das Indústrias), e nos bairros de Cruz das Armas e Centro, resolve organizar uma ocupação no centro antigo da cidade, indo desde o cadastramento e organização das famílias, a formação a partir das reuniões, a “festa”, a manutenção de sua existência e os diálogos e embates com o poder público. Segundo o coordenador do MLB na Paraíba, a ocupação JPT passou por um grande processo de amadurecimento, sendo preparada por cerca de oito meses, e nasce da necessidade de reflexão da construção da política de produção habitacional da cidade.

Assim, na madrugada de 5 de abril de 2022, cerca de 40 famílias lideradas pelo MLB ocuparam três pavimentos do edifício Nações Unidas (Figura 01), localizado no Centro de João Pessoa, em frente à praça Vidal de Negreiros (Ponto de Cem Réis), uma das localizações mais privilegiadas dentro do perímetro do centro histórico da cidade. O edifício de cinco pavimentos funcionava anteriormente como empresarial, composto por áreas voltadas para lojas no térreo e salas para diversos usos nos quatro andares superiores, totalizando 54 unidades que, atualmente, passaram a ser utilizadas como moradia com exceção do último pavimento e a sua área técnica, pois necessitam de cuidados estruturais, estando com escoras devido à falta de impermeabilização na cobertura, e por isso não foram ocupados. Em entrevista, os integrantes do movimento social, questionados pela escolha do edifício, destacam que o movimento nacional tem o indicativo de que as ocupações sejam construídas no centro da cidade, devido à maior visibilidade da área, no intuito de fazer força à denúncia da falta de moradia.

Figura 01: Edifício Nações Unidas como moradia da Ocupação João Pedro Teixeira



Fonte: Autoria própria, 2024.

A edificação foi desapropriada em 2019 pela Prefeitura do município para funcionar como um shopping popular, mas desde então estava desocupada. A ocupação recebeu o nome de João Pedro Teixeira em homenagem ao líder das Ligas Camponesas de Sapé, na Paraíba, João Pedro Teixeira, assassinado em 2 de abril de 1962, a mando dos latifundiários do estado, conforme relatam Silva e Maia (2024).

Ao ocupar um edifício subutilizado no centro da cidade, os movimentos sociais evidenciam o centro como lugar possível para a classe trabalhadora, para além do trabalho, além de fazer, efetivamente, a função social da propriedade acontecer. Entretanto, a ocupação não se dá sem resistência, inclusive às ações do próprio poder público municipal, que inicialmente, solicita reintegrações de posse do edifício.

Desde sua origem, a ocupação segue em diálogo com a prefeitura, resistindo e lutando pelo direito à moradia digna e pela permanência no local. Percebeu-se uma mudança nas ações por parte do poder público municipal a partir do momento em que se estabelece o novo Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV (que têm como uma das prioridades o aproveitamento do estoque imobiliário das áreas urbanas consolidadas para promoção de habitação de interesse social e o incentivo aos empreendimentos autogestionários) e todos os desdobramentos que esta nova proposta gerou.

Cientes desse movimento e compreendendo as ocupações urbanas como um dos meios para habitar o centro das cidades, em agosto de 2023, um pouco mais de um ano após o início da ocupação, deu-se início a um projeto de extensão no âmbito da Universidade Federal da Paraíba. Esse projeto buscou oferecer suporte formativo aos movimentos sociais de luta por moradia, com destaque para a Ocupação João Pedro Teixeira, fazendo uso de procedimentos metodológicos como grupos focais e cartografia social. O projeto e suas ações serão

apresentados nos tópicos a seguir, sobre os quais traremos alguns recortes para análises e detalhamentos.

OCUPAR É HABITAR: UM PROJETO EXTENSIONISTA COMO SUPORTE PARA A LUTA SOCIAL

A experiência da extensão universitária junto aos movimentos sociais de luta por moradia realizada buscou contribuir com o direito a um planejamento urbano que esteja voltado para ampliação das condições de acesso aos direitos básicos e a promoção de um planejamento participativo, ampliando as discussões e as participações populares nos debates políticos. Essa troca entre universidade e movimentos sociais, não só democratiza o conhecimento acadêmico/técnico, como também contribui para uma produção científica enraizada na realidade local, capaz de influenciar diretamente as práticas de ensino e pesquisa (Gadotti, 2017). Assim, a extensão universitária fortalece o compromisso com as demandas sociais, atuando como uma ponte que une o conhecimento acadêmico ao contexto concreto das cidades, fundamental para o desenvolvimento de políticas e soluções urbanas que respondam às necessidades reais dos territórios e de suas populações.

Segundo Tanaka (2017), o desenvolvimento de projetos alternativos, em ações conjuntas com assessorias técnicas utilizando instrumentos e linguagens técnicas, tem sido um recurso utilizado pelos movimentos sociais urbanos na luta pela cidade e pelo direito à moradia, pelo menos desde a década de 1960. Fora do governo e questionando suas práticas, as propostas alternativas têm sido elaboradas para contestar planos oficiais, que geralmente são construídos sem consultar a população e priorizam a coalizão de interesses das forças corporativas e do poder político.

No contexto brasileiro, essa questão pode ser entendida também a partir da mudança na concepção da extensão universitária e, conseqüentemente, da aproximação entre a universidade pública com os movimentos sociais e organizações comunitárias. Anteriormente vista como um meio de divulgar pesquisas e voltada para um público mais instruído, foi somente na década de 1970 que a extensão passou oficialmente por uma reconfiguração e começou a operar no formato atual, associada ao ensino e à pesquisa. Nesse momento surgiram iniciativas voltadas para as classes populares, com o intuito de conscientizá-las sobre seus direitos. Nesse contexto, foram expandidas as atividades extensionistas para além da tradicional divulgação de pesquisas, passando a incluir cursos, serviços, difusão cultural, compartilhamento de resultados de estudos e projetos de ação comunitária com a participação ativa de professores e alunos (Gadotti, 2017).

No entanto, conforme explicado por Gadotti (2017), o despertar da universidade para seu compromisso social só veio a ocorrer por influência dos movimentos sociais. Na década de 1980, no contexto das lutas urbanas, a aliança entre universidade, movimentos sociais e organizações comunitárias gerou inúmeras ações e produtos voltados à reivindicação de políticas espaciais que questionassem o modelo de cidade imposta, pautadas na valorização

do capital em detrimento da realização da vida (Tanaka, 2017; Carlos, 2018). A partir dessas alianças, foram estabelecidas as bases para a organização dos principais movimentos de luta por moradia no Brasil.

Como um desdobramento dessas ações, atualmente, na cidade de João Pessoa, temos a aliança do movimento social MLB e da Universidade Federal da Paraíba, aqui representados através do projeto de extensão anteriormente mencionado. Em síntese, o projeto foi estruturado a partir das ações do Quadro 01 e Figura 02. Inicialmente, foi realizada a articulação e mobilização de ativistas, resultando na aproximação com a ocupação e no entendimento de suas lutas e anseios, com os coordenadores do projeto atuando como agentes mediadores. Nesta etapa destaca-se a participação na (i) Missão Denúncia-João Pessoa, atividade realizada pelo Conselho Nacional de Direitos Humanos, Fórum Nacional de Reforma Urbana e Campanha Nacional Despejo Zero que buscou averiguar e dar visibilidade às denúncias de violação aos direitos humanos, e também nas (ii) entrevistas com a liderança do MLB e da Ocupação em estudo, assim como (iii) apresentação do projeto de extensão aos moradores.

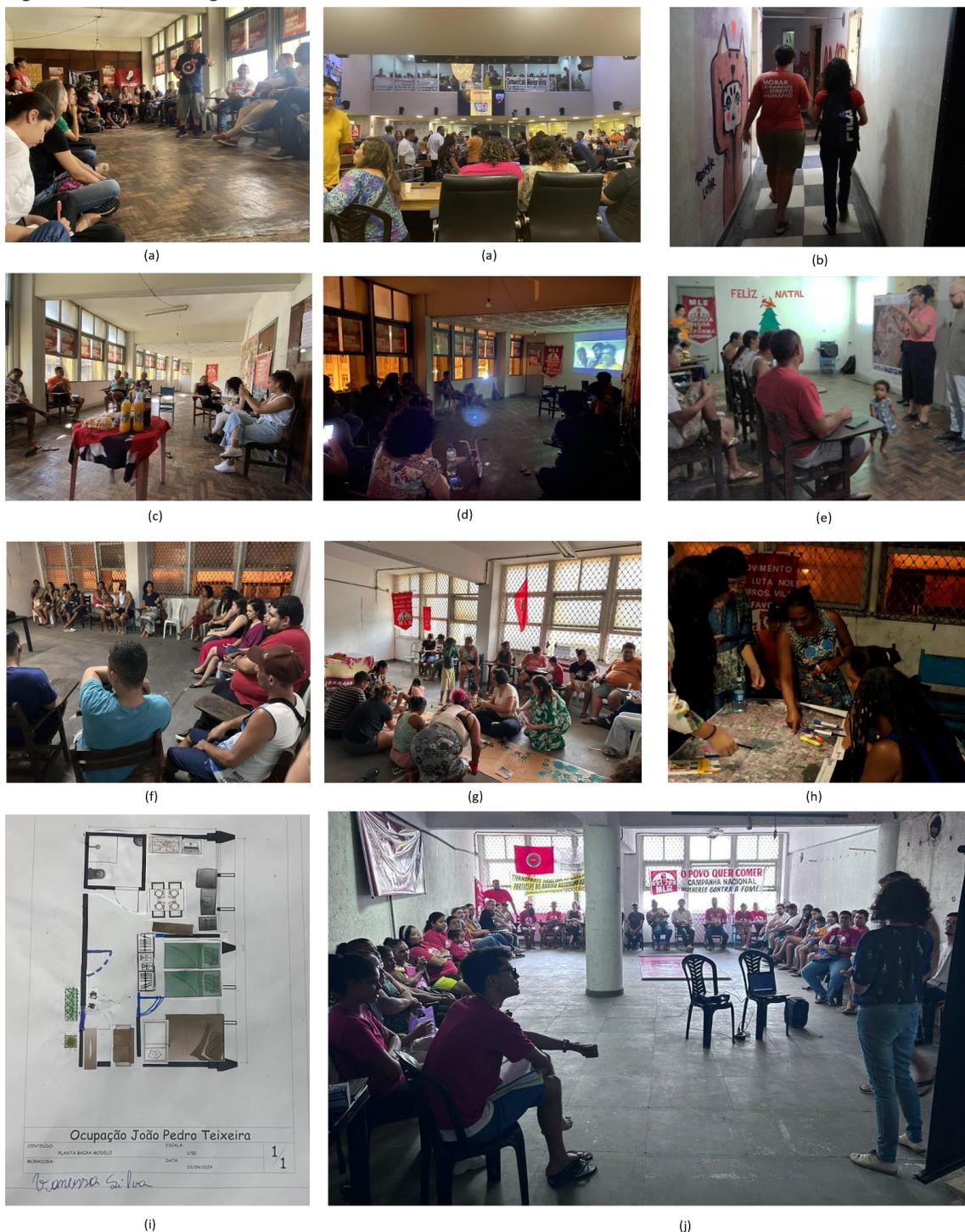
Posteriormente, foram realizadas formações teórico-metodológicas na universidade junto aos participantes do projeto, com o objetivo de fundamentar e orientar as ações formativas que seriam implementadas junto aos moradores da ocupação e aos participantes do MLB. Essa etapa compreendeu a exposição e debate do filme, a formação sobre o centro antigo, com a exposição histórica da área e as legislações sobre patrimônio, expostas em banner e no panfleto informativo entregue aos participantes da ação, e a formação sobre o direito à moradia e legislação de João Pessoa, que buscou auxiliar o movimento com entendimento sobre o aparato normativo incidente e termos técnicos presente nas legislações.

Quadro 01: Atividades realizadas no Projeto de extensão "Ocupar é Habitar"

Ação	Data	Atividades
(a)	24-25.08.23	Participação na Missão Denúncia
(b)	18.10.23	Entrevista com os líderes do MLB
(c)	14.11.23	Apresentação do projeto de extensão na Ocupação e visita
(d)	14.11.24	Cine debate- Filme Era o Hotel Cambridge
(e)	14.12.23	Formação: Centro antigo de João Pessoa e panfleto informativo
(f)	08.03.24	Formação: Direito à moradia e Legislação urbana de João Pessoa
(g)	16.03.24	Construção do Painele participativo sobre o histórico da ocupação
(h)	11.04.24	Cartografia social e grupo focal
(i)	23.04.24	Ação: Programa de necessidades residencial participativo
(j)	30.07.24	Atividade de encerramento

Fonte: Autoria própria, 2024

Figura 02: Mosaico fotográfico das atividades realizadas



Fonte: Autoria própria, 2024.

Como resultado das trocas de informações entre a universidade, os moradores da ocupação e o MLB, foram construídos diversos produtos cartográficos que se aproximaram da realidade cotidiana dos moradores, destacando-se a atividade da cartografia social e grupo focal que objetivou o mapeamento e discussão participativa sobre a apropriação e percepção dos moradores na área central. Além disso, ressalta-se a atividade de intervenção na escala do edifício, que pretendeu compreender as necessidades diversas dos moradores quanto às

suas moradias utilizando a planta baixa do apartamento proposto pelo projeto de requalificação da Prefeitura Municipal de João Pessoa, proposição esta que foi realizada sem dialogar com os moradores da ocupação e, conseqüentemente, sem considerar as suas especificidades.

Os materiais produzidos pelas famílias foram ferramentas importantes para o diálogo do movimento social em questão com a Prefeitura Municipal de João Pessoa (PMJP), sob a mediação deste projeto extensionista, o que ocasionou a revisão do projeto arquitetônico existente e a adequação das unidades habitacionais às necessidades das 42 famílias ocupantes. Assim, as famílias que compõem a Ocupação João Pedro Teixeira, após tanta luta e resistência, serão contempladas com a posse das moradias, no mesmo edifício ocupado, contemplado pelo financiamento do PMCMV - Requalificação, com contrapartida da PMJP.

Os produtos gerados nas atividades extensionistas supracitadas subsidiaram as ações do projeto e foram apresentados aos agentes institucionais, resultando no evento de encerramento que contou com a participação dos moradores, dos colaboradores do projeto de extensão e da equipe técnica da Secretaria Municipal de Habitação (SEM HAB) da PMJP. Neste momento, todas as famílias da ocupação tiveram a oportunidade de vislumbrar a proposta das unidades habitacionais apresentada pela equipe da SEM HAB, agora sim, pensada a partir de suas reais necessidades.

As ações realizadas permitiram reconhecer as formas de expressão de quem participa dessas lutas, utilizando o mapeamento como uma ferramenta de representar os signos (Santos, 2012), símbolos dos anseios desses grupos por políticas que os reconheçam enquanto sujeitos de direitos, e, portanto, passíveis de contribuir na construção de políticas que se aproximem das suas realidades cotidianas e dos seus anseios de reconhecer a cidade enquanto um espaço de realização da vida.

Nessa perspectiva, recupera-se que o plano urbano oficial é usado como um instrumento de poder, apresentado como um resultado racional do consenso, para o desenvolvimento da sociedade (Tanaka, 2017). No entanto, quando apropriado e transformado por pessoas das comunidades e movimentos sociais afetados, o plano se torna um instrumento de contestação do poder, reconhecido e legitimado pelo conhecimento técnico mobilizado (Tanaka, 2017). Em vista disso, o plano urbano é também um recurso para fortalecer a mobilização popular, orientada a construir uma visão coletiva da cidade, fundada na defesa dos direitos sociais.

A CARTOGRAFIA SOCIAL COMO FERRAMENTA PARA (RE)PENSAR O CENTRO ANTIGO DE JOÃO PESSOA/PB

A ação (h) do projeto de extensão "Ocupar é Habitar" tratou da realização do grupo focal como meio para a elaboração da cartografia social. A atividade foi realizada com 06 (seis) mulheres da Ocupação Pedro Teixeira, no dia 11 de abril de 2024, das 18h30 às 21h30. Como

metodologia orientadora das ações, utilizamos inicialmente a aplicação do grupo focal, uma técnica situada entre a observação participante e a aplicação de entrevistas, a qual proporcionou uma abordagem sólida para a investigação de fenômenos sociais (Gondim, 2003). De acordo com Fern (1982) para o melhor funcionamento e êxito com o grupo focal, o número de pessoas reunidas em grupo deve variar entre 6 e 10 pessoas; as reuniões devem ter duração máxima de 3 horas e contar com a presença de profissionais especializados e que estes realizem os registros das informações.

Com o objetivo de promover o reconhecimento das suas histórias e de suas vivências no cotidiano na área central de João Pessoa, a realização do grupo focal foi guiada por uma "conversa" alinhada ao instrumento de coleta de dados: o roteiro semiestruturado, composto por cinco perguntas (Quadro 02). "O que é o centro?" foi a pergunta central e introdutória do grupo focal. A partir dela, sete temas foram explorados ao longo do grupo focal, a saber: 1) condições de vida; 2) habitação; 3) trabalho; 4) (in)segurança; 5) espaços públicos, 6) mobilidade e 7) infraestrutura urbana.

Quadro 02: Roteiro de perguntas do grupo focal

Roteiro semiestruturado - Grupo Focal
1) O que é o centro?
2) Como está sendo morar aqui, em uma ocupação?
3) Morar no centro da cidade está sendo bom?
4) diferente de morar nos locais anteriores onde viviam?
5) O que você espera conseguir, conquistar?

Fonte: Projeto de extensão, 2023.

A "conversa" foi permeada por questionamentos que suscitaram reflexões acerca do cotidiano e das vivências do grupo, especialmente, tomando como recorte o habitar na área central de João Pessoa, fomentando assim o debate entre as participantes e estimulando os pontos a serem explorados na construção da cartografia social. Durante todo o período da realização do grupo focal, as narrativas das mulheres foram gravadas para sua posterior transcrição. Algumas das falas estão descritas no quadro 03.

Quadro 03: Narrativas das mulheres da ocupação acerca do cotidiano e vivências na área central

Tema	Discurso
Condições de vida	O cotidiano é o seguinte, porque quando você mora em bairro, você tem que pegar um ônibus para ir até o centro. Quando você mora no centro, você tem acesso a tudo que você quiser. A lojas, a bancos, a rodoviária, como o companheiro falou, a Lagoa [Parque Sólon de Lucena] que é o coração da cidade.
Insegurança	A gente não tem segurança aqui, né? Anda... e tem medo, né? Porque aqui onde a gente mora tem muito morador de rua, entendeu? E a gente é capaz de sofrer algum assalto, alguma coisa, porque eles não respeitam o momento de droga deles, né? (...) É tanto que as creches dos meninos aqui, onde eu lhe falei, a localidade aqui das creches, ontem mesmo teve um assalto lá nas duas creches. Não respeitaram nem o segurança que tinha lá dentro. Aí eu acho que tá... Como passa até na TV, a gente vê no que tá...
Espaços Públicos	Porque a gente não precisa de um ônibus para cá. A gente já mora aqui, então aqui a gente já tem tudo, né? Então, eu acho que na minha opinião, aqui é tudo, tudo que vem para a gente. Tem a Lagoa [Parque Sólon de Lucena] para as crianças brincarem, entendeu? Tem as praças também, tem aqui o Ponto Cem Réis, tem a Praça dos Três Poderes que as crianças também brincam também.
Mobilidade	O centro para mim é mobilidade, é mobilidade, é vida, né? Está um pouquinho longe da realidade que a gente está buscando, porque é a vida do trabalhador. Muitos trabalhadores estão aqui no centro, é um espaço de luta também, porque muitas comunidades são vizinhas ao centro. O centro tem muita vida.
Infraestrutura urbana	Porque como reduziu o transporte, eles aproveitaram a pandemia e reduziu o transporte, a Lagoa [Parque Sólon de Lucena] está muito escura. E quando chega às 10 horas da noite, está bem escura. Mas se chegar ali, vai ver que está bem abandonado e escuro.

Fonte: Autoria própria, 2024.

A partir disso, o grupo explicou como ocorriam a gestão e uso dos espaços públicos, as condições de infraestrutura atuais da edificação, as questões relacionadas à acessibilidade, segurança e qualidade de vida. Após cerca de uma hora de grupo focal, iniciou-se a representação desses elementos por meio da elaboração de mapas, culminando na produção da Cartografia da Ação Social, conforme conceituada por Silva (2017). Essa abordagem, desenvolvida na interface entre a geografia e a sociologia, configura-se como um conceito-instrumento metodológico, cujo propósito central é dar visibilidade e representar as práticas cotidianas e as lutas de grupos marginalizados, por meio de um processo de construção coletiva conduzido por grupos populares.

Figura 04: Registros do processo de construção da cartografia social



Fonte: Autoria própria, 2024.

A construção da cartografia permitiu constatar que, com a possibilidade de residir na área central, o grupo passou a usufruir de maior acessibilidade ao comércio, aos serviços e ao mercado de trabalho — este último destacado como uma das principais conquistas. Anteriormente, a localização da moradia em áreas marginalizadas dificultava, ou até mesmo inviabilizava, o acesso ao mercado de trabalho. Além disso, foi identificada uma melhor acessibilidade a programas sociais, incluindo iniciativas de doação de alimentos nas proximidades do edifício, especialmente na praça dos três poderes.

Destacaram-se ainda os espaços de lazer utilizados pelo grupo, como as praças próximas à ocupação e o Parque Sólon de Lucena, mais conhecido como Lagoa, aos quais é possível deslocar-se a pé, sem custos com transporte, em função da curta distância. Ressalta-se ainda que a Lagoa foi apontada como sendo uma área segura, uma vez que há presença constante de policiamento. Outro aspecto positivo destacado refere-se à proximidade de creche e escola, facilitando o acesso a cuidados infantis.

Entre os aspectos negativos, ressaltou-se a percepção de insegurança, intensificada pela falta de iluminação pública, o que contribui para a ocorrência de comércio de drogas e assaltos. Além disso, foram apontados problemas de drenagem, que tornam algumas vias intransitáveis em períodos de chuva intensa. Soma-se a esse quadro a ausência de Unidades Básicas de Saúde (UBS) no bairro, obrigando os moradores a se deslocarem para o bairro vizinho. De igual modo, o aumento das tarifas de transporte público e a redução da frota de ônibus, esta última agravada durante a pandemia, foram destacados como obstáculos

significativos. A partir desse processo pedagógico, coletivo e inclusivo, foi gerado um material cartográfico (Figura 05), que expressa e documenta as percepções, experiências e práticas vivenciadas pelo grupo.

Figura 05: Resultado final da cartografia elaborada pelas mulheres da Ocupação João Pedro Teixeira



Fonte: Mulheres da Ocupação JPT e equipe do projeto de extensão Ocupar é Habitar, 2024.

Segundo Gouveia (2023), a cartografia social, construída de forma participativa e colaborativa, busca representar elementos identitários e culturais de grupos através de símbolos criados por eles. Embora utilize ferramentas tradicionais de representação espacial, reconhece-as como avanços do conhecimento geográfico, integrando-as para democratizar o acesso e subverter seu uso histórico excludente. Assim, alguns produtos das geotecnologias, ao serem apropriadas pelos grupos marginalizados, tornam-se instrumentos de resistência e autonomia, ampliando a vocalização de novas narrativas e reforçando a luta por reconhecimento e inclusão.

Desse modo, a relevância da ação e da materialização por meio do produto cartográfico (Figura 05) reflete o que Silva (2017) descreve como uma cartografia praticada, que vai além das representações do espaço pelo poder. Trata-se de uma reivindicação através da construção de uma cartografia social, a qual expressa e traz visibilidade para as formas de sociabilidades não institucionalizadas e das lutas territoriais protagonizadas por esses sujeitos que, no limite do suportável, ainda encontram forças para confrontar a lógica de mercantilização dos espaços por parte dos grandes agentes.

Convém ressaltar que, conforme orienta Silva (2017), a cartografia, enquanto instrumento de representação espacial, não pode ter como única finalidade o mapa em si. Nesse contexto, ela

foi empregada nas ações extensionistas como um recurso capaz de lançar luz sobre as lutas e invisibilidades enfrentadas pelo grupo social descrito, articulando-se aos repertórios de luta dos movimentos sociais. Ao mesmo tempo, busca integrá-las às agendas dos órgãos oficiais responsáveis pela manutenção do edifício e pela permanência do grupo nesse espaço. Ademais, evidencia-se como grupos insurgentes podem contribuir para o planejamento territorial, expressando suas concepções, apropriações e aspirações.

Destarte, conforme explica Gouveia (2023), a cartografia social pode ser compreendida como resultado das disputas sociais, sendo concebida e apropriada por grupos historicamente marginalizados com o objetivo de reivindicar direitos sociais e cognitivos. Metodológica e epistemologicamente, caracteriza-se como uma prática subversiva, especialmente por promover o fortalecimento de identidades e a valorização de narrativas alternativas sobre o mundo. Além disso, busca constituir-se como um discurso que legitima e fundamenta as reivindicações e direitos territoriais, reafirmando a resistência e a luta por reconhecimento e autonomia desses grupos.

CONCLUSÕES

As ações realizadas no âmbito do projeto de extensão “Ocupar é habitar: cartografia social no centro histórico de João Pessoa-PB” possibilitaram fortalecer a luta por moradia na área central de João Pessoa através da Ocupação João Pedro Teixeira, bem como promover a aproximação da universidade pública aos/pelos movimentos sociais. As atividades realizadas promoveram a formação e capacitação dos moradores da ocupação, enaltecendo sua voz e sua participação social na luta pelo direito à cidade. Promoveram ainda a inclusão do movimento social no processo de construção do projeto arquitetônico de reforma do edifício que ora ocupam, no centro da cidade, garantindo a permanência das famílias não apenas na área, mas no edifício que escolheram como lugar de luta, resistência e morada, desta vez com a dignidade que lhes é de direito.

As ações extensionistas tonificaram uma luta (que é coletiva) entre os diferentes segmentos da sociedade, somando-se à reivindicação pelo direito à cidade e à moradia pelas mulheres/famílias da Ocupação João Pedro Teixeira. Ao longo da execução do projeto de extensão, foi possível identificar que a cada atividade e construção de novos saberes, as mulheres da ocupação se apropriavam do seu lugar de moradia, de fala e de direito. Da mesma forma, evidenciaram também a negligência dos órgãos públicos em espaços que não são de interesse da produção capitalista do espaço urbano. Tal problemática foi observada nas narrativas das mulheres da ocupação acerca de seu cotidiano e vivências na área central de João Pessoa. Reforçando que a luta por habitar áreas centrais nas cidades capitalistas é objeto de múltiplas resistências.

Neste sentido, a utilização da cartografia social, como uma ferramenta de resistência e de planejamento participativo, trouxe à tona as insurgências da Ocupação João Pedro Teixeira. A análise dos dados coletados revelou que as técnicas empregadas, como o grupo focal e, em

sequência, a construção da cartografia da ação social, embora não constituíssem o foco central das ações — centradas nos sujeitos, suas indagações, percepções e práticas — mostraram-se ferramentas essenciais para dar visibilidade aos processos sociais cotidianos do grupo, e, de modo particular, contribui para reforçar a luta por moradia na área central de João Pessoa - PB. Assim, constituem-se como instrumentos valiosos no contexto das disputas de narrativas junto aos órgãos oficiais e na incorporação das pautas do grupo, promovendo-se com isso uma forma de planejamento insurgente.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri. **Mapeamentos, identidades e territórios. Cartografia social e dinâmicas territoriais.** Marcos para o debate. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, p. 9-45, 2010.

ANITELLI, Felipe; TRAMONTANO, Marcelo. Abandonados por uns, ocupados por outros: edifícios de apartamentos no centro paulistano. **Revista Brasileira De Estudos Urbanos e Regionais**, 18(1), p. 77-91, 2016. Disponível em: <<https://doi.org/10.22296/2317-1529.2016v18n1p77>>. Acesso em: 11 out. 2023.

CARLOS, Ana Fani Alessandri; VOLOCHKO, Danilo; ALVAREZ, Isabel Pinto (Orgs.). **A cidade como negócio.** São Paulo: Editora Contexto, 2018.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. A tragédia urbana. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; VOLOCHO, Danilo; ALVAREZ, Isabel Pinto (orgs.). **A cidade como negócio.** 1. ed., 1. reimpressão. São Paulo: Contexto, 2018. p. [43-63].

FERN, E. F. 1982. The use of focus groups for idea generation: the effects of group size, acquaintanceship, and moderator on response quantity and quality. **Journal of Marketing Research** 19(1): 1-13. <https://doi.org/10.1177/002224378201900101>.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Déficit habitacional no Brasil – 2016-2019.** Belo Horizonte: FJP, 2021. Disponível em: <https://fjp.mg.gov.br/wp-content/uploads/2021/04/21.05_Relatorio-Deficit-Habitacional-no-Brasil-2016-2019-v2.0.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2024.

GADOTTI, Moacir. Extensão Universitária: Para quê? **Almanaque FME**, 15 fev. 2017. Disponível em: <<https://almanaquefme.org>>. Acesso em: 10 out. 2024.

GONDIM, Sônia Maria Guedes. Grupos focais como técnica de investigação qualitativa: desafios metodológicos. **Paideia** (Ribeirão Preto), v. 12, n. 24, p. 149-161, 2003.

GOUVEIA, Matheus. **Geografia, cartografia social e educação diferenciada:** breve estudo sobre os povos e comunidades tradicionais da baía da Ilha Grande - RJ. São Paulo: Editora Dialética, 2023. ISBN 978-65-252-9415-5. 104 p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 1980**. Rio de Janeiro: IBGE, 1982. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/72/cd_1980_v1_t4_n26_df.pdf>. Acesso em: 15 de mar. de 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2024. Disponível em: <<https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/index.html>>. Acesso em: 15 de mar. de 2024.

INSTITUTO PÓLIS. **Moradia é central: lutas, desafios e estratégias**. São Paulo: Instituto Polis, 2012. Disponível em: <https://polis.org.br/wp-content/uploads/2014/08/Moradia-e-Central_2012.pdf>. Acesso em: 10 out. 2024.

LEFEBVRE, Henri. **La producción del espacio**. Tradução de Emilio Martínez Gutiérrez. Madrid: Capitán Swing Libros, 2013 [1974].

LIMA, Thiago Almeida de. **O hiperpreariado em movimento: a territorialização contraditória da luta por moradia em João Pessoa-PB**. 2017. Tese (Doutorado em Geografia) – Centro de Ciências Exatas e da Natureza, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017.

LÔRO, Jéssica. Paraíba – Panorama dos conflitos fundiários urbanos na Paraíba. In: FNURU - Fórum Nacional de Reforma Urbana (Org.). **Panorama dos conflitos fundiários no Brasil** [livro eletrônico]: Relatório 2019- 2020. Porto Alegre: CDES Direitos Humanos, 2021. Disponível em: <https://forumreformaurbana.org.br/wp-content/uploads/2023/12/Panorama-2019-2020_vfinal_atualizada.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2024.

MARTINS, Paula Dieb; MAIA, Doralice Sátyro. Da nova malha urbana ao tecido consolidado: a expansão urbana através da produção imobiliária em João Pessoa – PB. **Geo UERJ**, [S. l.], n. 35, p. e44244, 2019. DOI: 10.12957/geouerj.2019.44244. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/geouerj/article/view/44244>. Acesso em: 9 nov. 2024.

SANTOS, Renato Emerson dos. Disputas cartográficas e lutas sociais: sobre representação espacial e jogos de poder. **Anais XII Colóquio Geocrítica**. Bogotá, p. 1-16, 2012.

SILVA, Camila Coelho; MAIA, Doralice Sátyro. Ocupar es habitar: resistencia por el derecho al centro de la ciudad de João Pessoa/pb a partir de ocupaciones urbanas. In: **XVII Colóquio de Geografía Urbana / I Colóquio Internacional de Geografía Urbana**, 2024, Valladolid / Burgos. LA CIUDAD ?VEINTE-TREINTA? MIRADAS A LOS ESPACIOS URBANOS DEL SIGLO XXI. Valladolid/Burgos: Asociación Española de Geografía, 2024. v. 1. p. 101-112.

SILVA, Cátia Antonia da. A cartografia da ação social e a cidade de São Gonçalo, RJ: limites e possibilidades metodológicas para a contribuição do fazer geográfico. In: MARAFON, G.J., and RIBEIRO, M.A. orgs. **Revisitando o território fluminense**, VI [online]. Rio de Janeiro: EDUERJ,

2017, pp. 353-366. ISBN: 978-85-7511-457-5.
<https://doi.org/10.7476/9788575114575.0018>.

TANAKA, Gisele. **Planejamento e Conflitos Sociais**: reflexões a partir das lutas urbanas. In: XVII Encontro Nacional da ANPUR - ENANPUR, 2017, São Paulo.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel/FAPESP, 2001.